

Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo reduz impostos do diesel3

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Procuradoria pede a transferência das joias sauditas dadas a Bolsonaro para a Receita
.....5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Coaf vê transações suspeitas entre a Refit e o Master6

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo pretende fiscalizar aumentos abusivos nos postos8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PGFN planeja criar um cadastro positivo fiscal até o fim do ano10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Alcolumbre resiste a prorrogar CPI do INSS12

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
SEGURIDADE SOCIAL

Pesquisa: Menos da metade dos trabalhadores de aplicativos contribui para a Previdência
.....13

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

A nova guerra privada de margens na reforma tributária (Artigo)14

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária exigirá adaptação de empresas16

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Gerar crescimento sustentável é o grande desafio da humanidade, diz CEO da Riachuelo
.....17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

EUA autorizam temporariamente que outros países comprem óleo russo20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pacote tem impacto fiscal entre "neutro" e R\$ 3 bi21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Benefício deve ser insuficiente para barrar reajuste da Petrobras, dizem especialistas
.....23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

IPCA atinge 3,8% em 12 meses 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Maioria do mercado prevê corte de 0,5 ponto na Selic..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Educação e alimentação sobem e puxam IPCA para 0,7% no mês..... 27

Governo reduz impostos do diesel

» ROSANA HESSEL » VICTOR CORREIA » RAPHAEL PATI

O governo federal anunciou, ontem, um pacote de medidas para tentar conter a alta do preços dos combustíveis no país, em meio à nova guerra no Oriente Médio que fez o barril do petróleo disparar no mercado internacional.

Ao lado dos ministros, no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comunicou a isenção da alíquota do PIS/Cofins sobre o diesel e, para compensar, aumentou para 12% a taxa sobre as exportações do petróleo. Além disso, criou um incentivo para a produção e importação de diesel, além de ações para combater a especulação e cobranças abusivas em postos. A expectativa é que, nas bombas, o litro do diesel caia R\$ 0,64.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informou que a renúncia fiscal será da ordem de R\$ 20 bilhões até 31 de dezembro deste ano, e o incentivo custará R\$ 10 bilhões no mesmo período. A expectativa de arrecadação com a nova taxa sobre as exportações de petróleo é estimada em R\$ 30 bilhões. "Vocês estão vendo que o preço do petróleo está saindo do controle em todos os países" disse Lula durante o anúncio.

No momento do anúncio, o preço do petróleo tipo Brent - negociado em Londres e referência para os preços praticados pela Petro-bras no mercado doméstico - estava acima de US\$ 100. Em resposta aos ataques coordenados dos Estados Unidos e de Israel, o Irã praticamente fechou o Estreito de Ormuz, no Golfo Pérsico, por onde passa de 20% a 25% da produção mundial de petróleo. Segundo a Agência Internacional de Energia (AIE), é o maior bloqueio no fornecimento da commodity da história e isso tem gerado bastante instabilidade nos mercados globais.

O impacto das medidas, contudo, ainda é incerto, porque dependerá de quanto tempo durará a guerra no Irã, de acordo com especialistas. Eles reconhecem que as pressões inflacionárias decorrentes do aumento do preço do petróleo podem ser amenizadas, dependendo da duração do conflito no Irã.

O economista Fábio Romão, sócio da Logos Economia, destacou que a pressão do diesel na **inflação** é pequena, de 0,23%, mas, como a magnitude do reajuste na bomba prevista pelas autoridades, R\$ 0,64, se concretizar, o litro do diesel poderá cair de R\$ 6,08 para R\$ 5,44, o que seria um

impacto direto de 0,02 ponto percentual no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que passaria de 4,17% para 4,15%. "Con-tudo, é muito importante considerarmos os impactos indiretos desta mudança na precificação do diesel, que poderia chegar a -0,08 ponto percentual no IPCA, o que reduzi-ria a nossa projeção de 4,17% para 4,09%" explicou. "A gasolina pesa muito mais do que o diesel diretamente, mas os efeitos indiretos do diesel são relevantes"" salientou.

Na avaliação de Tiago Sbardelotto, economista da XP Investimentos, a tributação sobre exportações de petróleo bruto para compensar a renúncia fiscal com a isenção total de PIS/Cofins sobre o diesel, pode não ser suficiente, ao contrário do que anunciou o governo. "Estimamos um custo fiscal total de R\$ 15,9 bilhões decorrente do subsídio e da redução de PIS/Cofins sobre o óleo diesel, contra um ganho de receita de R\$ 12,9 bilhões com a tributação das exportações de petróleo bruto e diesel, de modo que as medidas não seriam fiscalmente neutras. No entanto, preços mais elevados do petróleo tendem a impulsionar outras receitas, o que pode ajudar a reduzir essa diferença no resultado fiscal", afirmou.

"No conjunto, não consideramos que o aumento do imposto de exportação sobre petróleo bruto e diesel seja suficiente para compensar a perda de receita decorrente da redução de PIS/Cofins e do subsídio às vendas de diesel. Nossas estimativas apontam para um custo total de R\$ 15,9 bilhões contra um ganho de receita de R\$ 12,9 bilhões no cenário-base - a compensação integral ocorreria apenas se os preços do petróleo ficasse próximo de uma média de US\$ 120 por barril, ou se todas essas medidas permanecessem em vigor até o fim do ano", destacou Sbardelotto. Ele reforçou que a receita extra para cobrir a renúncia fiscal dependerá do preço do barril do petróleo, pois um aumento de US\$ 10 no barril implica R\$ 10,7 bilhões em receitas líquidas neste ano.

Por outro lado, pelas estimativas do economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, as medidas anunciadas pelo governo nascem "fiscalmente equilibradas". Ele calcula que o impacto fiscal da renúncia tributária anual seria um pouco maior, de R\$ 32,4 bilhões, e a compensação com a tributação sobre as exportações de petróleo ficaria um pouco abaixo disso, em R\$ 30,8 bilhões. "A diferença, de R\$ 1,6 bilhão, seria facilmente

neutralizada pelo efeito de alta nas receitas oriundo do petróleo mais caro. Além disso, as autoridades

frisaram o caráter temporário, condicionando a duração das ações anunciadas ao próprio transcorrer da guerra" destacou Salto, em relatório enviado aos clientes.

Reuniões

O governo fez uma série de reuniões, desde o início da semana, para acompanhar a crise gerada pelo conflito no Oriente Médio. A maior preocupação do Planalto é conter a disseminação da alta do petróleo sobre os alimentos, justamente em um ano eleitoral.

A medida de redução de PIS/ Cofins sobre o combustível é parecida com a adotada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), em 2022, quando Lula venceu as eleições. Naquele ano, a escalada dos preços dos combustíveis contribuiu para pressionar a **inflação** e fez o IPCA encerrar ano em 5,79% acima do teto da meta, de 4,50%. Agora, resta saber se o repasse dos R\$ 0,64 para cada litro do combustível será integralmente repassado pelos distribuidores e chegar para o consumidor na bomba.

"Estamos dizendo, em alto e bom som, que estamos fazendo um sacrifício enorme aqui. Uma engenharia econômica, para evitar que os efeitos das irresponsabilidades da guerra cheguem ao povo brasileiro", disse Lula aos jornalistas. Ele pediu ainda a colaboração dos governadores, já que um dos **impostos** que incidem sobre os combustíveis em maior medida é estadual, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). "Vamos fazer tudo o que for possível, e, quem sabe, esperar a boa vontade dos governadores dos estados para que possam reduzir um pouco o ICMS, para que a gente garanta que essa guerra não chegue ao bolso do motorista, do caminhoneiro, e, sobretudo, ao prato de feijão, à salada, a alface, à cebola", acrescentou o chefe do Executivo. Segundo interlocutores do Planalto, há disposição do governo de negociar a redução do ICMS com os governos estaduais.

As ações anunciadas pelo Executivo não interferem nas decisões da Petrobras, segundo o governo. Lula assegurou que a estatal poderá decidir aumentar o preço interno do petróleo, o que diminuiria os benefícios sentidos pela população nas bombas. Questionado por jornalistas, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que, além de compensar a perda de arrecadação, a taxa de 12% sobre a exportação de petróleo também incentiva que o produto seja vendido às refinarias brasileiras, evitando o desabastecimento. "Não é razoável, mantidos os preços de produção estáveis como estão hoje no Brasil, que você tenha um aumento de lucros extraordinários em função de uma guerra, que não está sob o nosso controle resolver", afirmou.

Haddad também admitiu que as medidas podem ser revistas se o conflito no Oriente Médio arrefecer. Na avaliação de Haddad, a pressão do aumento do preço do petróleo na economia interna dos EUA pode reduzir o apoio à guerra.

Fraudes na mira

Outra frente de ação do governo é o combate a práticas abusivas na cadeia dos combustíveis. O Executivo estabeleceu duas multas, que podem se sobrepor: uma entre R\$ 50 mil e R\$ 500 milhões para postos que elevarem os preços de forma abusiva em situações de conflitos geopolíticos ou calamidades; e outra, na mesma faixa de valor, para postos que interromperem o fornecimento de combustíveis de forma injustificada. O mesmo texto também obriga os postos a deixarem em local visível aos consumidores informações sobre a redução dos **impostos** federais.

Ao contrário da isenção do PIS/Cofins para o diesel, essa ação é de caráter permanente, como explicou o ministro da Casa Civil, Rui Costa. "Para coibir essas práticas lesivas ao consumidor e que não guardam relação com os custos e nem com as margens de lucros normais que as empresas têm, os órgãos de controle poderiam estar atuando e, portanto, é o que nós vamos fazer agora e essas medidas serão permanentes", afirmou.

Segundo o ministro de Minas e Energia Alexandre Silveira, haverá uma cooperação maior entre a **Receita Federal**, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Polícia Federal (PF), a Secretaria Nacional do Consumidor (Sena-con) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O governo detectou, por exemplo, nos últimos dias, que distribuidoras de menor porte seguraram a venda de combustíveis para os postos na expectativa de um aumento de preços, praticando especulação.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/03/13/all.pdf>

Procuradoria pede a transferência das joias sauditas dadas a Bolsonaro para a Receita

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) manifestação pedindo que a **Receita Federal** assuma a custódia das joias sauditas dadas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, para iniciar o procedimento fiscal de confisco dos bens. As joias foram apreendidas pela Polícia Federal e estão armazenadas na Caixa Econômica Federal.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Coaf vê transações suspeitas entre a Refit e o Master

VINICIUS VALFRÉ

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado investiga indícios de lavagem de dinheiro entre o Banco Master e a Refit, nome da antiga refinaria de Manguinhos, no Rio de Janeiro. As suspeitas são baseadas em movimentação financeira que supera R\$ 1 bilhão registrada em relatório de inteligência elaborado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

A Refit tinha uma conta no Master. As suspeitas, porém, vão além da movimentação bancária da companhia do grupo do empresário Ricardo Magro.

O relatório de inteligência do órgão ligado ao Ministério da Fazenda aponta pagamentos atípicos feitos diretamente ao banco de Daniel Vorcaro entre 2023 e 2024.

Procurada, a Refit nega irregularidades, diz que as operações com o Master se referem a "fechamentos de câmbio para compra de insumos de petróleo" e que "todas as transações foram devidamente declaradas ao Banco Central". A empresa diz ainda que o Master não realizou parte das operações e que, por isso, a refinaria entrou na Justiça para reaver os recursos.

O Master não comentou.

A relação entre os dois conglomerados pode conectar duas das maiores investigações em andamento no País, com impactos empresariais e políticos.

A CPI do Crime Organizado, que tramita no Senado, pretende esclarecer aspectos dessa relação comercial.

O Grupo Refit está na mira do Ministério Público de São Paulo e da **Receita Federal** por suspeitas de montar um esquema complexo de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro. Já o Banco Master é alvo de investigação da Polícia Federal por fraude bilionária contra o sistema financeiro.

O Grupo Refit é considerado o maior devedor de ICMS do Estado de São Paulo, o segundo maior do Rio de Janeiro e um dos maiores da União - acusado de sonegar R\$ 26 bilhões. A empresa entrou em evidência a partir da Operação Carbono Oculto, deflagrada em agosto de 2025, e seus

desdobramentos: as operações Cadeia de Carbono, em setembro, e a Poço Lobato, em novembro.

As investigações apontaram indícios de que o combustível da Refit estaria abastecendo postos de gasolina controlados pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). Segundo investigadores, a organização criminosa usaria o mercado de combustíveis para lavar dinheiro do crime e ocultar os verdadeiros donos com a ajuda de bancos e fintechs da Faria Lima.

Autoridades também acusam a empresa de fraude tributária, sonegação e ocultação de patrimônio. Ricardo Magro foi apontado como "investigado e comandante da organização criminosa". Em manifestações anteriores, a Refit negou sonegar **impostos** e repudiou o que chamou de "tentativa de associar a empresa ao PCC ou a qualquer outra organização criminosa".

SONEGADOR CONTUMAZ. Com o avanço das operações, a **Receita Federal** e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional subiram o tom contra a empresa, classificada pelo Fisco como "sonegador contumaz" por não recolher **tributos** como deveria.

Em processo que corre na Justiça do Rio sobre a interdição das atividades da empresa, a Receita disse que o percentual de sonegação da Refit ficou acima de 80% entre 2022 e 2024.

A Refit está em recuperação judicial há 12 anos. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) interditou totalmente a refinaria em janeiro, após uma vistoria constatar risco de incêndio na unidade. A refinaria estava parcialmente interditada pela agência desde outubro do ano passado.

Em relação ao Master, a Polícia Federal investiga, com a Operação Compliance Zero, um suposto esquema de fraude contra o sistema financeiro baseado na emissão e negociação de ativos sem lastro real, ou seja, falsos. A suspeita é de que o banco vendia títulos e carteiras de crédito que prometiam retornos elevados, mas que não tinham garantias efetivas de pagamento.

A investigação detectou indícios de que o Master vendeu R\$ 12,2 bilhões em carteiras de crédito

inexistentes ao BRB, o banco público do Distrito Federal, e entregou documentos falsos ao Banco Central para tentar justificar o negócio. O banqueiro Daniel Vorcaro foi preso no último dia 4. l

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo pretende fiscalizar aumentos abusivos nos postos

SÉRGIO ROXO E BRUNO ROSA
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA E RIO

Além de zerar PIS e Cofins do diesel, o governo também pretende intensificar a fiscalização de postos de combustíveis para combater eventuais aumentos abusivos de preços que possam ser praticados em razão da volatilidade dos valores no mercado externo por causa da guerra no Irã.

O decreto determina que os postos de combustíveis adotem sinalização clara e visível ao consumidor, informando a redução dos **tributos** federais e do preço em função da subvenção anunciada ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

De acordo com a medida provisória que trata da subvenção econômica do óleo diesel, estabelecimentos que elevarem os preços "de forma abusiva poderão ser multados em até R\$ 500 milhões". A mesma punição é válida para quem "recusar o fornecimento de combustíveis, biocombustíveis e derivados de petróleo de forma injustificada, sendo agravada de forma proporcional ao ganho econômico".

O plano é mobilizar a **Receita Federal**, a Polícia Federal e a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

- Um dos temas mais difíceis é combater a especulação de preços nessa cadeia dos combustíveis, que é tão fundamental na formação de preço final, em especial dos alimentos. Na MP consta a sinergia entre ANP, Polícia Federal, Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor) e **Receita Federal** -disse o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

'LESA-PÁTRIA'

De acordo com o ministro, será possível fazer um controle mais efetivo de preços.

-Agora, nós estamos efetivamente abrindo os dados da **Receita Federal** para a ANP poder ter um controle mais efetivo do que acontece nos preços dos combustíveis do Brasil, em especial na distribuição e na comercialização. Inclusive para controlar falsificação.

Silveira acrescentou:

- A medida que estamos tomando aqui é imprescindível e vai nos garantir instrumentos eficazes para que nós possamos também combater o crime de lesa-pátria contra a economia popular, principalmente no setor de distribuição e comercialização de combustível.

No último fim de semana, antes mesmo do anúncio do pacote, a ANP já havia informado que estava monitorando o abastecimento de diesel em todo o território nacional. O combustível tem papel crucial para o setor de transporte e entregas e sua escalada de preços se estendeu no centro do crise dos caminhoneiros no governo de Michel **Temer**.

A agência relatou dificuldades pontuais de aquisição de diesel por produtores rurais no Rio Grande do Sul e entrou em contato com os principais fornecedores da região. A ANP informou no fim de semana que o estado tinha estoques suficientes para assegurar o abastecimento regular do combustível. Em nota divulgada no fim de semana, a agência já informava que aumentos de preços injustificados no estado seriam alvos de investigação da ANP em conjunto com órgãos de defesa do consumidor.

Na avaliação de especialistas, as ações adotadas pelo governo, como a redução do PIS/ Cofins, podem trazer alívio imediato ao preço do diesel e são de fácil implementação. Mas não há consenso de que a ação, por si só, garanta que o preço menor chegue ao consumidor nos postos.

- Não tem como garantir que essa redução de imposto e subvenção vai chegar no consumidor, pois há uma rede com 45 mil postos - diz Edmar Almeida, professor do Instituto de Energia da PUC-Rio.

Nos cálculos da Leggio Consultoria, a mudança no imposto pode significar queda de 5% para o consumidor. De outro lado, Pedro Rodrigues, do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), avalia que o efeito das medidas anunciadas pelo governo pode amenizar um reajuste da Petrobras, que é considerado praticamente inevitável diante da escalada de preços.

- Com o desconto de R\$ 0,64 por litro, se a Petrobras aumentar o preço, o reajuste pode não ser tão grande.

Mas o governo parece não entender como funciona o setor, pois acha que isso será repassado integralmente ao consumidor. E isso não existe. Só se tabelar o preço. E se repete o mesmo erro de sempre. O aumento do preço vai acontecer e não é culpa do Brasil e sim do mercado externo. Acho difícil implementar a redução como ele quer - resume Rodrigues.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PGFN planeja criar um cadastro positivo fiscal até o fim do ano

Marcela Villar

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) planeja criar um "pacote de bondades" para contribuintes que são bons pagadores de **tributos**, por meio de um cadastro positivo fiscal. A medida se assemelhará ao que fez a **Receita Federal** com os programas "Confia" e "Sintonia", só que de forma mais ampla, segundo o órgão. O cadastro funcionará como um "fast pass" para a empresa ser considerada prioridade em todo atendimento pela PGFN, inclusive para transações tributárias.

A expectativa é que a Lei nº 14.195, de 2021, que já autoriza a prática, seja regulamentada até o fim deste ano. As companhias também poderão ter acesso a outras benesses como maior duração das certidões de regularidade fiscal e dispensa de garantias. "A ideia é dar prioridade para tudo, para todo o atendimento, negociação e para garantia", afirma a procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize Almeida.

A Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo (PGE-SP) diz que planeja adotar a mesma iniciativa.

Na PGFN, o projeto está sendo estruturado, então ainda não existem critérios definidos - eles virão na regulamentação. No momento, está na fase de testes e unificação de sistemas, segundo Anelize. A informação foi compartilhada em detalhes com o Valor durante o Seminário de Regularidade Fiscal, evento realizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), ontem.

Segundo a procuradora-geral, o projeto visa diferenciar os bons pagadores e os devedores contumazes. É como se fosse um espelho da nova Lei Complementar (LC) nº 225, de 2026, que criou o Código de Defesa do Contribuinte. Enquanto a LC busca punir maus pagadores e fraudadores de **tributos**, o cadastro positivo quer premiar bons contribuintes, cujo CNPJ teria uma espécie de "estrela dourada".

"É exatamente o oposto do devedor contumaz. O devedor contumaz é aquele sujeito que usa a sua operação para fraudar, para não pagar tributo. O cadastro positivo quer também se alimentar da lei do devedor contumaz e vice-versa, na lógica do compliance cooperativo, da conformidade

cooperativa", diz ela.

A ideia é priorizar demandas das companhias dessa categoria na PGFN, pois o órgão "não tem capacidade operacional para atender todo mundo ao mesmo tempo" e nem pode dispensar todos os contribuintes de apresentarem garantia, por exemplo. "Mas tem determinado contribuinte que paga o corrente, que tem um bom relacionamento com a PGFN, que abre os seus livros para a gente fazer revisão de Capag [capacidade de pagamento], que tem um patrimônio líquido suficiente. A gente precisa exigir a mesma garantia desse contribuinte e daquele contribuinte que não paga o corrente, que está endividado? Me parece que não", afirma Anelize.

Após a fase de estabelecimento das balizas para o cadastro, haverá a etapa de unificação dos sistemas da PGFN, como o Regularize, o Sistema de Cadastro e Acompanhamento de Requerimentos (Sicar) e o Sistema de Parcelamentos de Outras Negociações (Sispar). "Estamos internalizando do ponto de vista operacional os nossos sistemas para dizer se aquele CNPJ é a estrelinha dourada. Se for, significa atender bem, rápido, a certidão pode ter maior prazo e os nossos prazos internos podem ser menores e sem exigir tanta garantia", detalha a procuradora-geral.

"É um pacote de bondades e benefícios", diz o procurador-geral adjunto da Dívida Ativa da União e do FGTS da PGFN, Theo Lucas Borges. "Nosso atendimento normal não é ruim, mas o atendimento para esses contribuintes vai ser mais célere, com pessoas mais especializadas, por exemplo, para analisar banco, que não é a mesma pessoa que analisa produtor rural", acrescenta.

A celeridade poderia acontecer, por exemplo, na redução de prazo para emissão de certidão de regularidade fiscal, hoje de 10 dias. "A gente pode, para o devedor cadastro positivo, reduzir isso em um terço ou para cinco dias, mas toda essa operacionalidade a gente está discutindo internamente", afirma Anelize.

O artigo 17 da Lei nº 14.195 permite especificamente à PGFN "criar condições para a construção permanente de um ambiente de confiança entre os contribuintes e a administração tributária federal". Dentre as diretrizes, está a garantia de previsibilidade das ações da PGFN

a contribuintes inscritos no cadastro, criar condições para solução

consensual, além de "melhorar a compreensão das atividades empresariais e dos gargalos fiscais".

A lei ainda prevê "criação de canais de atendimento diferenciado, inclusive para recebimento de pedidos de transação", flexibilização das regras de aceitação e substituição de garantias e execução de garantias em execução fiscal só após o trânsito em julgado (quando não cabe mais recurso) da ação judicial.

Outra possibilidade é dar uma espécie de "cheque especial" para que dívidas menores não provoquem cerceamento da certidão de regularidade fiscal, protestos ou "danos à gestão da empresa", diz Theo Lucas Borges. "A gente não vai ajuizar uma

execução fiscal sem que ele saiba previamente e vamos privilegiar garantias que não sejam custosas", afirma. Será uma situação diferente da de outros contribuintes de alta litigância, em que o privilégio serão garantias mais líquidas para Fazenda "e que certamente vai causar mais transtorno", mas que merece "porque está se evadindo do pagamento do tributo", completa o procurador.

Segundo a procuradora-geral, o projeto é mais amplo que o Confia. "No Confia, as empresas querem chegar perto da Receita para dizer se o que estão fazendo está certo ou não. Aqui na dívida, a gente já tem um não pagamento no tempo, é uma outra relação", afirma.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Alcolumbre resiste a prorrogar CPI do INSS

Murillo Camarotto

O presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (União-AP), não deve autorizar a prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga as fraudes no Instituto Nacional de **Seguridade Social (INSS)**. Ele vem sofrendo pressões do comando do colegiado para ampliar os trabalhos por 60 dias, mas não pretende ceder.

Interlocutores de Alcolumbre dizem que a decisão ainda não foi tomada, mas que as chances de prorrogação são "muito pequenas". Na quarta-feira (11), o presidente da CPMI, senador Carlos Viana (Podemos-MG), disse que vai ingressar com um mandado de segurança para garantir mais prazo para os trabalhos.

Uma saída em negociação seria uma prorrogação mais curta, de 15 ou 30 dias. Viana sinalizou que pode aceitar a segunda opção.

Alcolumbre já vem resistindo a pressões para autorizar a instalação de outras duas CPIs, uma mista (com senadores e deputados) para investigar o escândalo do Banco Master e outra no Senado para analisar as condutas dos ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no episódio.

Sem prorrogação, a CPMI do **INSS** deve encerrar os trabalhos no dia 28. O relator, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), argumenta que a investigação avançou sobre as associações de aposentados e pensionistas, mas que ainda tem um longo caminho em relação a instituições financeiras que oferecem crédito consignado a esse público.

Na quinta-feira (12), ele disse que "há muitas forças em Brasília" trabalhando para proteger os bancos, mas não citou nomes. Representantes das instituições financeiras têm conseguido liminares na Justiça para não comparecerem às sessões da comissão.

Com três depoimentos cancelados, a CPMI aprovou requerimentos para convocação de pessoas ligadas a Daniel Vorcaro, como seu cunhado, Fabiano Zettel, e a ex-namorada Martha Graeff, além de ex-diretores do Master.

Mesmo disposto a pôr fim à CPMI, o que interessa ao governo, a relação de Alcolumbre com o Planalto

segue "fria". Um conflito de agendas atrasou a reunião entre ele e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os dois se distanciaram desde a polêmica em torno da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para uma vaga no STF. Segundo interlocutores do senador, o problema está menos na relação com Lula e mais com as lideranças da base no Congresso.

Alcolumbre também ficou muito irritado com a atitude dos governistas de pedir a ele que anulasse a decisão da CPMI do **INSS** que quebrou o sigilo de Fábio Luís Lula da Silva, o "Lulinha". "Não tinha que ter levado isso até a presidência. O que Davi mais quer é que as coisas se resolvam na comissão. Não teria cabimento ele anular uma decisão como essa", disse ao Valor uma pessoa próxima a Alcolumbre.

De acordo com a mesma fonte, ainda não foi possível recompor os laços com o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), com quem Alcolumbre rompeu publicamente. "Agora pelo menos eles estão dando "bom dia", e "boa noite". Há um tempo atrás, nem isso", contou. "Com Lula, pessoalmente, não há problema e a relação é até carinhosa", completou.

Na conversa com Lula - que pode acontecer nos próximos dias -, Alcolumbre quer mais ouvir do que falar. A indicação de Messias, por exemplo, ainda depende do envio da mensagem presidencial, mas, ao preço de hoje, a situação do ministro da AGU ainda é "ruim". A demora no envio da mensagem é outro fator de insatisfação de Alcolumbre.

Os dois também podem tratar da convocação de uma sessão conjunta do Congresso para a análise dos vetos presidenciais. Alcolumbre sabe que, uma vez convocada a sessão, ele será cobrado a ler o requerimento de instalação de uma CPMI específica para investigar o escândalo Master, algo que não o interessa fazer. Na mesma sessão, Lula corre o risco de ver derrubados os vetos ao chamado PL da dosimetria, que diminuiu as penas impostas aos condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Pesquisa: Menos da metade dos trabalhadores de aplicativos contribui para a Previdência

Menos da metade dos trabalhadores de aplicativos contribui regularmente para o **INSS**: apenas 43,3% dos motoristas e entregadores o fazem, enquanto 38,1% nunca contribuíram e 12,3% interromperam os pagamentos.

Já 4,6% afirmam contribuir de forma ocasional, enquanto 1,7% diz não saber como participar do sistema previdenciário.

Os números são de um levantamento inédito da GigU em parceria com a Jangada Consultoria de Comunicação.

A pesquisa mostra ainda que 20,7% enxergam o trabalho por aplicativos como carreira principal, enquanto 38% o consideram uma fonte complementar de renda. Um quinto dos entrevistados (20,9%) ainda não definiu seus próximos passos, e 10,2% pretendem reduzir ou abandonar a atividade.

O estudo entrevistou 1.915 trabalhadores de apps de todo o país durante o mês de fevereiro.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2026/03/pesquisa-menos-da-metade-dos-trabalhadores-de-aplicativos-contribui-para-a-previdencia.ghtml>

A nova guerra privada de margens na reforma tributária (Artigo)

Leonardo Roesler

Em 2026, a **reforma tributária** do consumo deixou de ser tema apenas legislativo e passou a ser tema de execução empresarial. A convivência entre regras antigas e o novo desenho de IBS e CBS inaugura um período híbrido em que obrigações se acumulam, custos de conformidade aumentam e a incerteza se desloca para o contrato. O que antes era tratado como cláusula padrão de preço e reajuste agora define, com impacto imediato, quem suporta o ônus econômico de mudanças de destaque, de base, de alíquota e de direito ao crédito. A consequência é direta: empresas que não revisarem seus contratos enfrentarão erosão de margem e litígio privado com clientes e fornecedores.

O primeiro movimento necessário é abandonar a falsa segurança das cláusulas genéricas. Expressões como preço fechado, preço global ou inclui todos os **tributos** foram construídas para um ambiente de relativa previsibilidade, no qual alterações relevantes eram menos frequentes e se acomodavam por reajustes anuais. No período híbrido, essa redação tende a produzir conflito porque o fornecedor buscará recompor custos e o comprador tentará preservar sua margem e seu compliance, condicionando pagamento a documentos fiscais sem inconsistências, com destaque e classificação alinhados ao novo padrão. O contrato, se não for atualizado, vira instrumento de disputa, não de execução.

Por isso, a cláusula de repasse tributário deve ser objetiva e mensurável. Repasse não é abuso, é instrumento legítimo de preservação do equilíbrio econômico financeiro quando o Estado redesenha incidência, alíquotas, bases e operacionalização. A redação eficiente identifica quais **tributos** integram a formação do preço, estabelece metodologia para apurar variação de carga efetiva, indica evidências documentais necessárias e define procedimento para comunicar, revisar e implementar a recomposição, com prazos e rito de negociação. Sem esse nível de precisão, a recomposição vira argumento, não regra, e o argumento costuma ser resolvido na via mais cara e lenta, o contencioso.

Em paralelo, a recomposição do equilíbrio econômico financeiro precisa estar prevista de modo expresso. Contratos de fornecimento continuado, prestação

recorrente e projetos de longo prazo são especialmente vulneráveis, pois a transição pode alterar custo e margem no meio da execução. Se não houver revisão extraordinária por eventos tributários relevantes, a empresa fica refém de discussões baseadas em conceitos amplos, com prova complexa e solução tardia, exatamente o oposto da previsibilidade de que o empresário necessita. A boa técnica contratual cria gatilhos, prazos e procedimento de renegociação antes da judicialização, preservando relações comerciais e caixa.

Há, ainda, um ponto que merece ser enfrentado com franqueza: a reforma desloca parte do risco tributário para o relacionamento privado e incentiva disputas de interpretação dentro da cadeia. Quando o adquirente entende que o destaque, a classificação ou o tratamento do crédito impacta seu custo efetivo, ele passa a negociar preço como se estivesse negociando tributo. Se o fornecedor não tiver cláusula de ajuste e documentação sólida, a discussão vira glosa comercial, retenção de pagamento ou exigência de refaturamento. O resultado é litigiosidade privada, com perda de tempo gerencial e aumento do custo de transação.

Outro ponto decisivo é o risco documental, que passa a ser risco de caixa. Em ambiente de maior digitalização fiscal, inconsistência de classificação, destaque e parametrização deixa de ser detalhe administrativo. O comprador, para proteger auditoria e compliance, pode glosar faturas, exigir refaturamento e reter pagamento. O contrato deve impor dever de cooperação, com obrigação de emitir e corrigir documentos, prazos curtos, forma de saneamento e definição do que é divergência material e do que é divergência formal, evitando que o aceite comercial se transforme em instrumento de pressão e que a liquidez do fornecedor vire variável de negociação.

Há ainda um vetor de conflito pouco percebido nas negociações: a oscilação interpretativa própria de um período de transição. Notas técnicas, manuais e orientações administrativas podem ajustar códigos, campos e critérios de validação, exigindo reemissão de documentos, retificação de registros e, por consequência, redefinição do preço praticado. Se o contrato permanecer silencioso, o comprador tende a tentar reabrir valores já faturados, e o fornecedor, para se proteger, endurece prazos, suspende entregas ou

judicializa o tema sob a alegação de desequilíbrio superveniente.

A solução empresarial é pactuar regra de transição com revisão apenas prospectiva, janela objetiva para saneamento e dever de cooperação, garantindo continuidade da cadeia e evitando que divergências operacionais se convertam em inadimplemento e perda de caixa.

A precificação também precisa ser revisitada com racionalidade. Em 2026, coexistem custos do regime atual e custos de adaptação ao novo modelo, como ajustes de ERP, revisão cadastral, treinamento e consultorias. Se esses custos não forem incorporados com transparência, a margem será corroída em silêncio. O preço deve refletir o risco do período híbrido e prever como serão tratados custos adicionais de conformidade, evitando que a empresa financie sozinha uma transição que não criou.

Além disso, a empresa deve tratar a transição como projeto de governança. Revisão contratual sem rotina interna vira documento de gaveta. Indispensável alinhar jurídico, fiscal, financeiro e comercial, padronizar minutas, criar fluxo de aprovação de exceções e registrar premissas de tributação por produto e serviço, para que o time de vendas não prometa preço com base em pressupostos já superados. Essa disciplina reduz retrabalho e evita litígios por falha de comunicação.

Por fim, a disciplina de reajuste deve ser adequada à realidade. Reajuste anual pode ser insuficiente. É recomendável prever reajuste extraordinário por evento tributário, com governança, prazo de resposta e registro de premissas, para evitar ruptura e preservar continuidade.

Proteger a margem em 2026 significa contratar com método, alocar risco com clareza e reduzir o espaço de litígio privado que a instabilidade do sistema inevitavelmente produz. O empresário não precisa de promessas, precisa de cláusulas executáveis.

Leonardo Roesler é advogado tributarista, sócio do RCA Advogados. Mestre em Administração e Finanças pela Ohio University e formado em Direito (com dupla titulação pela Universidad de La Rioja, na Espanha)

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Reforma tributária exigirá adaptação de empresas

A **Reforma Tributária** aprovada por meio da Emenda Constitucional 132 de 2023 começa a entrar em fase de implementação a partir de 2026 e deve trazer mudanças operacionais para empresas enquadradas no Simples Nacional.

Apesar da manutenção do regime e do modelo de recolhimento unificado, o advogado tributarista paraense Eldonclei Passos, aponta que a nova estrutura tributária exigirá mais organização e planejamento por parte dos micro e pequenos empresários.

O novo sistema cria um modelo de tributação sobre consumo baseado no chamado IVA Dual, formado pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Nesse cenário, empresas optantes do Simples poderão operar em um modelo híbrido, que permite a transferência de créditos tributários para outras empresas nas relações comerciais.

Segundo Eldonclei Passos, que também integra a Comissão de Assuntos Tributários da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (OAB--PA), o Simples Nacional continuará existindo, mas com novas exigências de controle tributário. "A **reforma tributária** em relação ao Simples Nacional requer cuidado, pois o regime tributário será mantido. A maior preocupação é com a tributação de itens para um determinado tipo de negócio que não acontecia antes", explica.

De acordo com ele, em algumas situações o micro e pequeno empresário poderá ter que recolher determinados **tributos** fora da guia tradicional do regime, o Documento de Arrecadação do Simples (DAS). "Agora, sendo tributada e não recolhendo o imposto, o micro e pequeno empresário deverá recolher o imposto fora da DAS", afirma.

Para Passos, o principal impacto das mudanças será na organização contábil e no planejamento tributário das empresas. "As mudanças para os micros e pequenos empresários serão muito mais a nível de organização para evitar uma maior tributação, ou até mesmo multas tributárias por não adequação à nova legislação, do que aos seus negócios", observa.

A reforma também prevê um período de transição até 2032, durante o qual as empresas poderão conviver com regras antigas e novas do sistema tributário. Nesse intervalo, alguns negócios poderão optar por diferentes formas de recolhimento, dependendo do perfil da atividade e da estrutura da empresa.

"O Simples não acabará. O que acontecerá é a possibilidade de recolhimento além da DAS, dentro desse período de transição que vai até o dia 31 de dezembro de 2032", explica o especialista.

A definição do modelo mais adequado dependerá da realidade de cada negócio. Segundo Passos, a escolha deve considerar principalmente a atividade exercida e o nível de faturamento da empresa.

"O modelo melhor para cada empresa relaciona-se com a necessidade do negócio versus a arrecadação da empresa. Porque, se o empresário não olhar esses dois pontos, ele no Simples Nacional pagará mais imposto do que em outro modelo tributário, como o lucro presumido ou o lucro real", afirma.

A **reforma tributária** prevê um período de transição para as empresas, até 2032

transição

Gerar crescimento sustentável é o grande desafio da humanidade, diz CEO da Riachuelo

Para o CEO da Riachuelo, André Farber, aliar geração de crescimento empresarial com a manutenção de uma operação sustentável é o grande desafio da humanidade, mas não se trata de uma missão impossível. É o que a série recente de movimentações e investimentos da varejista de moda deseja provar ao mercado.

No final do ano passado, a companhia passou por um rebranding (reposicionamento de marca), fortalecendo a conexão com suas raízes nordestinas com o Rio Grande do Norte (RN) e anunciando o investimento de R\$ 180 milhões em cerca de 20 lojas previstas para serem abertas e reformadas em 2026.

Ao mesmo tempo, a Riachuelo conseguiu fazer sua maior coleção de jeans circular, a Pool Loop, composta por 42 mil peças, com 9,4 toneladas de algodão feito com aparas de fábrica. O espaço fabril, que pertence à varejista, recebeu em 2024 R\$ 6,3 milhões de investimentos em ecoeficiência, para tornar mais verdes maquinário e produção.

No mês passado, a Guararapes Confecções, controladora da Riachuelo, informou ao mercado que está avaliando a realização de uma oferta pública subsequente de ações (follow-on) com valor inicial estimado de cerca de R\$ 400 milhões. Caso seja concretizada a operação, os recursos levantados poderão ser direcionados a iniciativas de expansão e fortalecimento da operação.

Apesar do movimento da companhia, o cenário para as varejistas de moda no Brasil é de injustiça tributária, na avaliação de Farber, visto que concorrentes de plataformas internacionais não precisam pagar certos **impostos** de produção, como encargos trabalhistas, e sim sobre produtos. Ele crê que a **reforma tributária** pode ajudar a diminuir as disparidades.

O modelo de plataforma (internacional) é um modelo de injustiça tributária, no qual as empresas pagam muito menos **impostos** do que nós. Alguém vai ter que encarar esse problema. Queremos que todos paguem os mesmos **impostos**. Estamos aguardando que a justiça um dia prevaleça. Temos confiança nos governos de que isso um dia vai se equalizar, afirma.

Abaixo os principais trechos da entrevista:

Em uma palavra, o que está por trás disso é: verdade. Porque as empresas são o que elas são. Elas são formadas por histórias, por pessoas, na sua ancestralidade, nas suas raízes. Somos essa somatória. A empresa tem quase 80 anos e nasceu no RN. O sr. Nevaldo Rocha, que é o fundador, nasceu no interior do Estado e saiu da sua cidade aos 12 anos, porque não tinha emprego. Aquela história clássica. Foi atrás de uma vida melhor, em Natal, começou a trabalhar em uma loja, empreendeu e gerou tudo o que vivemos hoje. Eu sou presidente da empresa há três anos. Mas fico pensando: o que faz eu estar aqui? Sou uma pessoa que também tem suas marcas, raízes. Meu pai veio para o Brasil com dez anos, como refugiado de guerra. Sempre escutei que o Brasil era um País maravilhoso, que aqui ele encontrou um lugar de paz que tínhamos que cuidar e retribuir. Eu já trabalhei 16 anos no O Boticário e três anos na Riachuelo, duas das maiores empresas brasileiras. Não é por acaso. A loja é uma somatória dessa vontade de se reconhecer como brasileiro, de querer gerar um impacto positivo no Brasil, de se orgulhar disso.

Creio que uma coisa está ligada à outra, pois, no final das contas, um dos grandes fatores da nossa melhora de resultado é o fato de trabalharmos melhor com a fábrica, e a fábrica é totalmente ligada ao que a gente é. Então, isso é um dos fatores. Não é o único. Melhorar o produto, melhorar a marca, fazer uma marca que fala com a sua verdade é mais fácil, e aí você melhora o resultado. Se somos uma empresa brasileira e dialogamos com isso, a marca também flui melhor, conversa melhor com as pessoas e as atrai mais. As pessoas gostam do que é real e não do que é fake.

Gerir algo que você é dono dá mais trabalho, mas você controla melhor e consegue se organizar. Conseguimos muitas vantagens. Uma das principais é a de sustentabilidade. Se controlamos tudo, temos segurança de que estamos usando os melhores processos do mundo de sustentabilidade na fábrica. Além disso, a fábrica é muito grande, e alguns

elementos de sustentabilidade dependem de escala para receber investimentos. Então, escala é um fator. Temos máquinas, por exemplo, para o jeans, que são caras, mas que economizam muito mais água do que no mercado em geral. Temos uma estampanaria digital que só nós temos no Brasil, totalmente automatizada, que economiza muita tinta na aplicação. Também acabamos de fazer investimento na fábrica para um laboratório de medidores digitais de corantes. Estamos agora utilizando inteligência artificial na fábrica... A cadeia têxtil é muito fragmentada, pouquíssimas empresas têm capacidade de fazer esse investimento. A escala te permite fazer isso, ter produtos melhores e mais sustentabilidade.

O grande desafio da humanidade é como gerar crescimento sustentável. Por um lado, sabemos que só conseguimos gerar mais bem-estar com emprego, com oportunidades, e isso geralmente exige crescimento. Em paralelo, também temos que trabalhar para fazer com que os nossos processos sejam cada vez mais ecoeficientes. Vamos gerando oportunidade de crescimento e, ao mesmo tempo, vamos trabalhando para ser cada vez mais sustentável, para conseguir evoluir na nossa pegada.

Não tem jeito. Normalmente, há custos maiores quando se faz isso. Como lidar com isso? Vejo que temos que evoluir para poder elaborar melhor a forma de comunicação com o consumidor, para que ele também valorize isso como um atributo positivo. Também (temos que) exercer um papel de educação do consumidor para que ele vá conosco nesse processo. À medida que vamos melhorando, ele também vai entendendo e nós vamos aumentando a escala. Não é sobre fazer aquele barato que é mais difícil. Não é sobre custo. (Quer menor) custo, vai fazer com os asiáticos, que trabalham 18 horas por dia e não pagam os **impostos**. Quer fazer de forma responsável, tem que seguir as leis brasileiras e vai embarcar mais custo nisso.

São nove trimestres consecutivos de crescimento (da Riachuelo) . Com melhora da experiência, com preços bons, com qualidade, com sustentabilidade, com todos os investimentos em tecnologia, temos conseguido atrair muita atenção do consumidor e sustentar o crescimento. Dito isso, vivemos em um cenário de injustiça tributária, no qual não existe isonomia tributária entre quem opera um modelo baseado localmente e o modelo de plataforma. O modelo de plataforma é um modelo de injustiça tributária, no qual as empresas pagam muito menos **impostos** do que nós. Alguém vai ter que encarar esse problema. Muitos países europeus, até os Estados Unidos, encararam e agora todo mundo paga imposto igual (fazendo referência à queda da lei de minimis, que isentava **impostos** de produtos importados que

custavam até US\$ 800 nos Estados Unidos) . Não queremos nenhuma vantagem. Queremos que todos paguem os mesmos **impostos**. Já sabendo que, quando você opera no Brasil, você tem uma carga tributária alta sobre emprego também, que alguns países não têm. Mas estamos falando sobre os **impostos** de mercadoria. As associações se mobilizam, sim. Estamos aguardando que a justiça um dia prevaleça. Temos confiança nos governos de que isso um dia vai se equalizar, mas mesmo assim seguimos a nossa vida.

É uma pauta difícil para os governos, falando português bem claro. Os governos estão aí para gerar justiça, gerar melhores condições para a população, para ajudar a organizar a sociedade. Então, hoje os governos não estão organizando isso de forma que seja justa. Isso nós temos que falar. O governo melhorou, deu um passo na direção certa, mas vivemos uma injustiça tributária gritante.

É isso. Não é sobre esquerda e direita. Pode ser o governo de direita ou de esquerda. Independentemente de governo, precisamos resolver isso. É um assunto que não está resolvido. Penso que a **reforma tributária** tem que ser uma oportunidade de diminuir um pouco esse gap (lacuna) , porque ela tira um pouquinho da complexidade tributária - e eu acho muito boa a reforma no sentido de tirar essa complexidade -, e tudo fica mais visível, porque, às vezes, há uma dificuldade de entendimento. Às vezes, parece que estamos reclamando porque queremos alguma vantagem, pois é tão difícil entender os **impostos**.

Pensamos muito no longo prazo. O Brasil é um País que tem um mercado grande, que oferece muita oportunidade, em que quem trabalha com o olhar otimista, empreendedor de longo prazo, sempre consegue bons resultados. Não dá para pegar atalhos e achar que vai construir mais rápido, porque não vai. Então, o nosso olhar é mais de longo prazo. Historicamente, os anos de eleição são anos bons, porque têm estímulos na economia. Então, esperamos um ano bom. Normalmente, os anos pós-eleição, independentemente de qual governo venha, vêm com ajustes. Isso pode gerar uma economia um pouco mais difícil, mas também depende muito do que for feito, de eventos globais. Estamos vendo um momento muito positivo para o mercado acionário no Brasil. Não no mercado de consumo, mas no mercado acionário. Estamos vendo um fluxo de dinheiro para mercados emergentes. Não é um fator nosso, é um fator de fora. Essas coisas nós não controlamos. Então, vamos olhando o futuro, melhorando a experiência da Riachuelo, criando condições de desenvolvimento de produto, de time, para que possamos fazer melhor. Independentemente do que acontecer, vamos crescer.

Se a economia ajudar muito, vamos crescer muito. Se a economia não ajudar, vamos crescer pouco ou menos do que gostaríamos. Mas tem que ir olhando sempre positivamente para frente.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/gerar-crescimento-sustentavel-e-o-grande-desafio-da-humanidade-diz-ceo-da-riachuelo,1a948b193b8e27ec1db5e57bdfa1dfcai8rd3uij.html>

EUA autorizam temporariamente que outros países comprem óleo russo

O governo dos EUA emitiu ontem à noite uma segunda autorização para que outros países adquiram petróleo russo de navios já em alto-mar, antes vetado. O secretário do Tesouro, Scott Bessent, afirmou que a medida "é de curto prazo e se aplica apenas ao petróleo já em trânsito". A decisão se aplica apenas ao petróleo carregado antes de 12 de março e amplia uma isenção de um mês concedida à Índia na semana passada.

A disparada do preço do petróleo tem levado vários países a tomar medidas emergenciais para tentar reduzir o impacto sobre suas economias. Veja exemplos:

COREIA DO SUL

O governo estabeleceu um teto para os preços dos combustíveis (gasolina e diesel) pela primeira vez em quase 30 anos. O preço máximo poderá mudar a cada duas semanas.

ÁUSTRIA

O governo vai antecipar a adoção de um teto de reajuste para tarifas de energia residencial. Postos só poderão aumentar os preços de gasolina e diesel no máximo três vezes por semana. O governo também prometeu redistribuir aos consumidores qualquer arrecadação extra de **impostos** resultante da alta dos combustíveis.

GRÉCIA

Teto para a margem de lucro na venda de combustíveis, alimentos e produtos essenciais nos próximos três meses. As distribuidoras não podem adicionar mais de 0,05 por litro ao preço das refinarias. Já os postos de gasolina não podem adicionar mais de 0,12 por litro.

ITÁLIA

O governo avalia usar a arrecadação extra de **impostos** com a alta dos combustíveis para amenizar o impacto no bolso dos consumidores. O país também prevê punir empresas que tentem tirar proveito da crise.

FRANÇA

O governo anunciou uma fiscalização nos postos de todo o país através da Agência Francesa de Prevenção a Fraudes. A oposição quer aprovar a redução de **impostos** de combustíveis para compensar os aumentos, ou o congelamento dos preços da gasolina.

CHINA

Ordenou que as refinarias suspendam exportações de combustíveis.

VIETNÃ

Remoção temporária de tarifas de importação de combustíveis.

INDONÉSIA

Aumento de subsídios a combustíveis no orçamento.

FILIPINAS

Escritórios do governo terão semana de trabalho de quatro dias e reduzirão gastos com combustível em até 20%.

PAQUISTÃO

Trabalho remoto e aulas universitárias on-line e menor fornecimento de gás para fábricas de fertilizantes.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pacote tem impacto fiscal entre "neutro" e R\$ 3 bi

Marta Watanabe

Do ponto de vista fiscal, o pacote para amenizar o impacto da alta do petróleo pode dar origem a um rombo de cerca de R\$ 3 bilhões ou até ser neutro, segundo economistas ouvidos pelo Valor. Mas parte de quem calcula a falta de equilíbrio fiscal do pacote diz que outras receitas que as altas cotações do petróleo podem trazer - royalties, arrecadação de **tributos** sobre o lucro das empresas ou dividendos - devem ajudar na compensação.

Há também críticas ao Imposto de Exportação (IE) sobre petróleo bruto de 12%, alíquota maior que os 9,2% aplicados no atual governo Lula, também de forma temporária, em 2023.

Além de zerar o PIS e a Cofins sobre diesel, hoje cobrado a R\$ 0,32 por litro, o pacote concede subsídio de igual valor, R\$ 0,32 por litro, na importação e comercialização do combustível. Com as duas medidas há renúncia total de R\$ 0,64 por litro de diesel. O subsídio vai até o fim de 2026, mas tem teto de R\$ 10 bilhões, valendo o que ocorrer primeiro. Como compensação, o pacote estabelece um IE de 12% na exportação de petróleo bruto.

Fabio Serrano, economista do BTG Pactual, lembra que o governo usou o que podia em termos de **tributos** federais indiretos sobre o diesel, pois a Cide sobre o combustível já está zerada. Nos seus cálculos, a renúncia de PIS e Cofins deve ser de R\$ 17 bilhões enquanto o subsídio tem orçamento limitado a R\$ 10 bilhões. Considerando que foram exportados US\$ 45 bilhões em petróleo em 2025, câmbio perto de dólar a R\$ 5,30 e barril da commodity na média de US\$ 90, o IE sobre petróleo arrecadaria

R\$ 28 bilhões este ano, estima. Foi instituído também, observa, um imposto de exportação de 50% sobre diesel. Mas a exportação de diesel é pequena, diz, porque o Brasil é importador líquido do combustível. No ano passado, cita, foram US\$ 400 milhões em exportação de diesel, o que resultaria em cerca de R\$ 1 bilhão de arrecadação este ano, caso o valor exportado no ano passado se repita. "De fato é uma medida fiscalmente neutra. Na vírgula da conta, sobraria um pouquinho, mas como há várias hipóteses e incertezas, podemos falar em neutralidade."

Na avaliação da Warren Rena, o pacote tem medidas com custo elevado, mas há equilíbrio fiscal. O custo de zerar PIS e Cofins e a subvenção seria de R\$ 32,4 bilhões e o IE renderia R\$ 30,8 bilhões. "A diferença, de R\$ 1,6 bilhão, seria facilmente neutralizada pelo efeito de alta nas receitas oriundo do petróleo mais caro", diz a corretora.

Nos cálculos da XP, o custo fiscal total do subsídio e da redução de PIS/Cofins é de R\$ 15,9 bilhões, contra ganho de receita de R\$ 12,9 bilhões com o IE sobre petróleo, de modo que as medidas não seriam fiscalmente neutras. Também para a XP, os preços mais altos do petróleo tendem a impulsionar outras receitas, o que pode ajudar a reduzir a diferença no resultado fiscal.

Nas contas de Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX, a diferença entre o custo e a arrecadação de IE também é de R\$ 3 bilhões. Mas ele é mais cético em relação à ajuda de outras receitas para a compensação. "Elas podem ajudar, mas é difícil garantir", diz.

Para Barros, a redução de PIS e Cofins era esperada, mas o subsídio ao diesel foi medida "desnecessária". Influenciada pelo ano de eleições, diz, a subvenção acabou aumentando a conta da compensação. E ainda que a tributação na exportação de petróleo seja temporária, diz, não é bem-vinda. "O governo se vale desse tipo de taxa para tapar buracos, criando distorções no sistema tributário e setorialmente."

Para Serrano, do BTG Pactual, a subvenção foi colocada pelo governo como tentativa de reduzir a defasagem entre o preço praticado pela Petrobras e o do mercado internacional de diesel. Essa defasagem, diz, está acima de 40%. A zeragem de PIS e Cofins e o subsídio do pacote, estima, permitem reajuste de 23%, o que não fecha totalmente a defasagem.

Barros, da ARX, diz que o pacote mostra, mais uma vez, que há custo em uma política fiscal sem espaço para acomodar choques. "E essa falta de espaço explicita a desarmonia entre a política fiscal e a monetária. Vemos que a falta de espaço fiscal já está afetando não só o tamanho do corte de juros de março, como também do ciclo de redução da Selic."

Antes da guerra do Irã, a expectativa de Barros era de

corte de 0,5 ponto percentual (p.p.) na Selic em março. Com a guerra e antevendo medidas do governo, diz, a expectativa de corte em março caiu para 0,25 p.p. A projeção para Selic ao fim do ano subiu de 12% para 13%. As novas expectativas, diz, incluíram também outros estímulos, como liberação de novos recursos do BNDES e reajuste de faixas no Minha Casa Minha Vida.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Benefício deve ser insuficiente para barrar reajuste da Petrobras, dizem especialistas

Fábio Couto e Kariny Leal

As medidas do governo para amenizar os efeitos da guerra no Oriente Médio sobre os preços dos combustíveis podem ser limitadas e tendem a não evitar reajustes pela Petrobras, dizem especialistas. A estatal terá, em algum momento, de reajustar os preços, em especial do diesel, que tem 25% do consumo atendido por importações. O Executivo zerou alíquotas de PIS e Cofins sobre o diesel importado e Também anunciou a criação de imposto de 12% sobre a exportação de óleo bruto.

A defasagem dos combustíveis da Petrobras frente ao mercado externo alcançou nesta quinta-feira (12) o maior nível desde maio de 2023, quando a empresa implementou a atual política de preços. Os cálculos consideram variáveis como o câmbio e a cotação do barril do petróleo Brent, que fechou a US\$ 100,46, alta de 9,21%.

Conforme a consultoria StoneX, o diesel da estatal está R\$ 1,90 mais barato, ou 61%, que o preço no exterior, a maior diferença desde o início da atual política de preços. A gasolina da Petrobras está R\$ 1,20 abaixo do produto importado, ou 49,9%. Para o Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), o diesel está 41,7% abaixo do importado, ou R\$ 2,30. A gasolina ficou abaixo da paridade internacional em 36,2%, ou R\$ 1,40.

Embora a Petrobras não tenha reajustado os preços, mantendoos abaixo dos valores internacionais, refinarias privadas acompanham o mercado externo e importadores têm vendido o diesel com preços acima dos da estatal. A refinaria de Mataripe, da Acelen, anunciou na quinta-feira aumento de 19,5% no diesel S10, de R\$ 4,18 para R\$ 5. Na gasolina, o aumento foi de 7,4%, para R\$ 3,28.

O presidente da Vibra, Ernesto Pousada, disse que a empresa possui estoques de diesel para atender clientes e segue com a importação. Os preços de compra serão repassados ao mercado, afirmou.

A mudança no PIS/Cofins também foi utilizada pelo governo Jair Bolsonaro, em 2022, quando os preços externos dispararam com a guerra entre Rússia e Ucrânia. Na ocasião, Bolsonaro zerou o PIS/Cofins e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico

(Cide) e limitou a alíquota do ICMS em 17%.

A decisão do governo de isentar o diesel de **impostos** federais não é o suficiente para aliviar a pressão sobre os preços da Petrobras, na visão de Sergio Araújo, presidente da Associação Brasileira de Importadores de Combustíveis (Abicom). "A isenção de imposto federal ainda não é suficiente para aliviar a pressão sobre a Petrobras."

Para o Citi, zerar o PIS/Cofins sobre o diesel A nas refinarias deve causar redução de R\$ 0,35 por litro. Porém, mesmo com a iniciativa, a Petrobras ainda deve reajustar os preços do diesel. "Caso nada mais aconteça, os preços nos postos de gasolina devem diminuir, mas acreditamos que, com esse movimento, a Petrobras poderá anunciar um aumento nos preços do diesel A na mesma proporção, a fim de reduzir ligeiramente a diferença atual entre os preços domésticos e o preço importado", disse o analista Gabriel Barra.

A Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Biocombustíveis (Brasilcom) afirmou que a redução tributária combinada com subvenção ao diesel tende a aliviar parte da pressão dos preços sobre a economia brasileira, em um momento de alta demanda sazonal associada às safras agrícolas. Mas disse que subsídios temporários e mecanismos adicionais de fiscalização podem gerar incertezas regulatórias e distorções de mercado se não forem acompanhados de previsibilidade nas condições de oferta e de formação de preços na cadeia.

A Ativa salientou que a recriação do imposto de exportação sobre petróleo afeta a Petrobras, que exporta cerca de 765 mil barris/dia, ou cerca de 32% da produção. "Considerando US\$ 70/barril, câmbio de R\$ 5,40 e alíquota de 12%, o impacto negativo anual estimado seria de R\$ 12,5 bilhões", disse o analista Ilan Arbetman. Reajuste de R\$ 0,30 no litro do diesel compensaria a queda na arrecadação causada pelo novo imposto,

Para o Citi, o imposto sobre a exportação de petróleo pode elevar o risco regulatório. O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) disse que a entidade e as associadas não foram chamadas para discutir as medidas. Petrobras e Prio serão as mais afetadas,

disse o Itaú BBA: "A imposição de um imposto temporário sobre as exportações de petróleo pode representar uma incerteza adicional no quadro tributário do setor. Esse desenvolvimento pode representar um obstáculo para as petroleiras independentes, bem como para a Petrobras."

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

IPCA atinge 3,8% em 12 meses

» **RAFAELA GONÇALVES**

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial do país, subiu 0,70% em fevereiro, pressionado principalmente pelos reajustes nas mensalidades escolares. Segundo os dados divulgados, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o resultado representa aceleração de 0,37 ponto percentual em relação a janeiro e é o maior para um mês de fevereiro desde 2025, quando o índice havia avançado 1,31%.

No acumulado do ano, o IP-CA registra alta de 1,03%. Já no período de 12 meses, a inflação ficou em 3,81%, mostrando desaceleração em relação aos 4,44% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores.

Todos os nove grupos de produtos e serviços pesquisados registraram alta no mês. O principal impacto veio de educação, que avançou 5,21% e respondeu sozinha por cerca de 44% da inflação de fevereiro. Dentro do grupo, a maior contribuição partiu dos cursos regulares, com alta de 6,20%, refletindo os reajustes tradicionalmente aplicados no início do ano letivo nas mensalidades escolares. As maiores variações foram observadas em ensino médio, ensino fundamental e pré-escola.

Segundo Fabio Louzada, CEO da B7 Business School, o resultado indica um quadro de inflação pressionado por fatores pontuais, "especialmente em serviços, como educação, que tradicionalmente registram reajustes no início do ano letivo". "Esse movimento costuma ter caráter sazonal e reflete a recomposição de custos acumulados ao longo do período anterior, mais do que uma aceleração estrutural da inflação", destacou.

A segunda maior variação foi registrada por transportes, que avançou 0,74%, com destaque para o aumento de 11,40% nas passagens aéreas. Também registraram altas o seguro voluntário de veículos, o conserto de automóveis e o ônibus urbano.

Nos combustíveis, o índice ficou em -0,47%, com quedas na gasolina e no gás veicular e altas no etanol e no óleo diesel. Juntos, os grupos educação e transportes responderam por cerca de 66% do resultado do mês.

Para Peterson Rizzo, gerente de R.I da Multiplike, o resultado não indica uma inflação persistente ou de

forte pressão no longo prazo. "A alta foi concentrada em fatores sazonais, como os reajustes de mensalidade escolares e preços no transporte público e passagens aéreas, ainda considerando período de férias e festivo, como o carnaval" disse. Sozinho, o item Educação respondeu por 44% da inflação de fevereiro, como carnaval" disse.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/03/13/all.pdf>

Maioria do mercado prevê corte de 0,5 ponto na Selic

DANIEL TOZZI, GABRIELA JUCÁ, LETÍCIA CORREIA

Apesar das tensões geopolíticas recentes e da disparada da cotação internacional do petróleo, que tende a pressionar a inflação doméstica, a maioria das instituições do mercado financeiro mantém a previsão de que o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, cortará a taxa básica de juros (Selic) em 0,50 ponto percentual na reunião da semana que vem. Este é o cenário de 20 entre 32 instituições consultadas pelo Projeções Broadcast.

Embora avaliem que houve aumento das incertezas e que o BC tende a ser mais cauteloso em sua comunicação, os analistas avaliam que o nível já bastante restritivo da Selic, a taxa de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) perto de zero no final de 2025 e a inflação acumulada em 12 meses que segue desacelerando devem referendar o corte de 0,5 ponto.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Educação e alimentação sobem e puxam IPCA para 0,7% no mês

Lucianne Carneiro e Grace Vasconcelos

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 0,70% em fevereiro, acelerando em relação à alta de 0,33% registrada em janeiro. O resultado refletiu principalmente pressões sazonais em educação, enquanto alimentação no domicílio surpreendeu para cima, segundo avaliações de economistas.

A economista Basiliki Litvac, da 4intelligence, explica que a alta do indicador já era esperada em razão do reajuste anual das mensalidades escolares. Em fevereiro, o grupo educação avançou 5,21%, com destaque para a elevação de 6,18% nos cursos regulares. O movimento impulsionou o grupo de serviços, que subiu 1,51% no mês.

Além da educação, outros itens ligados a serviços contribuíram para a **inflação**, como o aumento de 11,40% nas passagens aéreas, de 5,62% no seguro voluntário de veículos e de 1,80% no transporte por aplicativo, destaca Litvac. Esses avanços foram parcialmente compensados pela queda de 3,90% em cinema, teatro e concertos, reflexo de uma semana promocional com ingressos mais baratos.

Segundo o IBGE, educação e transportes juntos responderam por 0,46 ponto percentual ou 65,7% da alta. Já as passagens aéreas foram responsáveis por 11,40% da alta. "O turismo foi muito forte no Brasil neste início de ano, então isso pode ter aumentado a demanda. Além disso, teve Carnaval", afirmou.

Os preços de frutas caíram 2,78% em fevereiro, influenciadas pelo mamão. O efeito também foi de -0,03 ponto percentual. O efeito conjunto, portanto, foi de 0,06 ponto percentual, ou 8,5% da taxa de 0,70%.

Luis Otávio Leal, economistachefe da G5 Partners, destaca que o índice de fevereiro ainda não incorporou possíveis efeitos do conflito no Oriente Médio sobre os preços dos combustíveis. Mesmo sem reajustes nas refinarias, há relatos de aumentos nos postos. Ainda assim, a gasolina registrou queda de 0,61% no período.

Entre os componentes que surpreenderam as projeções, está a alimentação no domicílio. Segundo Litvac, a queda de produtos in natura não foi suficiente

para compensar as altas de alimentos industrializados e semielaborados. Para João Savignon, da Kínitro Capital, a alimentação também veio um pouco acima do esperado, mas com desvios pontuais.

Já os bens industriais recuaram menos que o esperado, embora tenham contado com alívio em itens como automóveis novos e usados, aparelhos telefônicos e etanol, aponta Litvac.

O economista Fabio Romão, da Logos Economia, ressalta que o grupo habitação passou de queda de 0,11% em janeiro para alta de 0,30% em fevereiro, influenciado pelo aumento da energia elétrica e por reajustes de água e esgoto. Já vestuário saiu de retração de 0,25% para alta de 0,16%, movimento associado ao fim das promoções típicas do início do ano.

Apesar do resultado mais forte, o índice de difusão, que mede o percentual de itens com aumento de preços, recuou de 64% em janeiro para 61% em fevereiro, o que, segundo Leal, indica influência relevante de fatores pontuais.

"A gente está com um número muito poluído, seja por causa da queda da energia elétrica em janeiro, seja por causa da educação em fevereiro. Eu acho que em março a gente vai ter uma cara melhor da **inflação**, a depender, obviamente, da questão dos combustíveis", destacou Leal.

Para março, economistas esperam desaceleração da **inflação**. A projeção da 4intelligence aponta alta de 0,30% no IPCA, puxada principalmente pela reversão do impacto da educação e pela queda nas passagens aéreas. No sentido oposto, devem continuar pressionando o índice as altas em alimentação no domicílio, a recomposição de preços de cinema e espetáculos após a semana promocional e reajustes de energia elétrica no Rio de Janeiro.

A Logos Economia também prevê desaceleração, com alta de 0,38% para o IPCA de março e uma **inflação** de 4,2% em 2026, considerando o impacto de medidas anunciadas nesta quinta-feira (12) pelo Governo Federal, que zerou PIS/Cofins do diesel. Romão ainda indica risco de uma pequena alta nos transportes em março, na esteira dos reajustes de mercado da gasolina, que pesa mais que o diesel diretamente. No

entanto, não se espera um impacto tão grande quanto o registrado no setor em fevereiro. Para Litvac, um aumento de 10% na gasolina teria um impacto direto de cerca de 0,15 ponto percentual no IPCA.

Apesar das incertezas, a expectativa predominante no mercado é de início do ciclo de cortes da taxa básica de juros nas próximas reuniões do Banco Central. Para

Leal, a tarefa será difícil para o Copom na próxima reunião, quando precisará ponderar o cenário de **inflação** com as incertezas de uma guerra em andamento.

A expectativa da G5 Partners é de um corte de 0,25 ponto percentual na taxa de juros, menor que a redução de 0,50 ponto percentual esperada antes do conflito. Para o IPCA de 2026, a projeção é de alta de 4,20%, que, na avaliação do economista, já deve conseguir absorver parte do impacto do conflito.

O economista Savignon também acredita que o Banco Central tem "boas razões para fazer um corte mais moderado" e, por isso, também aponta uma redução de 25 pontos.

Mesmo com incerteza sobre o petróleo, a possibilidade de arrefecimento das cotações da commodity, a apreciação cambial, bem como os efeitos defasados da Selic sobre a formação dos preços apontam maior probabilidade de que este ciclo de cortes já se inicie em março, diz Romão.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>